O SEGUNDO LIVRO DE

HITLER

O SEGUNDO LIVRO DE

HITLER

A Sequela Inédita de *Mein Kampf*

Tradução do Inglês

António Júnior (Vernáculo, Lda.) e Machado dos Santos

ADOLF HITLER

Título Original: *Hitler's Second Book*
Autor: Adolf Hitler

Impresso originalmente por Enigma Books

Übersetzung der Originalausgabe
—veröffentlicht vom Institut für Zeitgeschichte in München—
Hitlers zweites Buch
Ein Dokument aus dem Jahr 1928.
Eingeleitet und kommentiert von
Gerhard L. Weinberg
Stuttgart 1961

Introdução de Gerhard L. Weinberg
Editado e anotado por Gerhard L. Weinberg, 2003

Tradução: António Júnior (Vernáculo, Lda.) e Machado dos Santos

Revisão: Constança Paiva Boléo (Vernáculo, Lda.)

Paginação: Gabinete Editorial Grupo Narrativa
Capa: Gabinete Editorial Grupo Narrativa

Impressão e acabamentos: Printer Portuguesa, S.A.

1.ª edição: Novembro de 2018
Depósito legal: 446670/18
ISBN: 978-989-8949-00-4

Publicações A Ferro e Aço é uma chancela do Grupo Narrativa
IN Castro - Centro de Ideias e Negócios, Sala 14 e 17
Rua Manuel Assunção Mestre, 22
7780-199 Castro Verde
Tel. 286249033 / Tlm. 965988157
editorial@gruponarrativa.pt
facebook/aferroeacohistoria
www.aferroeaco.pt
www.gruponarrativa.pt

Índice

Introdução

por Gerhard L. Weinberg

I

A Autenticidade e História do Documento

No âmbito do surgimento de um suposto diário de Adolf Hitler que foi exposto como falso,[1] das provas de falsificação de um número de documentos no volume *Hitler: Sämtliche Aufzeichnungen 1905–1924*,[2] e das inúmeras falsificações numa obra acerca das pinturas e desenhos de Hitler,[3] é importante referir primeiramente algo acerca da autenticidade e história do documento que está aqui a ser publicado.

A primeira referência pública relativa à existência de uma obra adicional de Adolf Hitler surgiu em 1949, no

---

1 Ver Robert Harris, *Selling Hitler: The Story of the Hitler Diaries* (Nova Iorque: Pantheon 1986).

2 Eberhard Jäckel e Axel Kuhn (eds.), *Hitler: Sämtliche Aufzeichnungen 1905–1924* (Estugarda: Deutsche Verlags-Anstalt, 1980); Jäckel e Kuhn, "Zu einer Edition von Aufzeichnungen Hitlers", *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte* 29 (1981), pp. 304s.; Jäckel e Kuhn, "Neue Erkenntinisse zur Fälschung von Hitler-Dokumenten", *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte* 32 (1984), pp. 163–169. Contudo, há também complementos; ver Michael Kater, "In Pursuit of Hitler", *Canadian Journal of History* 16 (1981), p. 433.

3 Billy F. Price, *Adolf Hitler als Maler und Zeichner: Ein Werkkatalog der Ölgemälde, Aquarelle, Zeichnungen und Architekturskizzen* (Zug, Suíça, 1983). Ver também sobre este tópico, Harris, *Selling Hitler*, p. 233.

livro do ex-oficial francês Albert Zoller, *Adolf Hitler privat: Erlebnisbericht seiner Geheimsekretärin*.[4] De acordo com este relato, em 1925, Hitler deu início a um livro não publicado sobre política externa, e que manteve em segredo e que mencionava muito raramente. Com base nesta referência, comecei a busca pelo manuscrito. A data incorrecta (como sabemos agora) recordada pela secretária, que, de qualquer forma, tinha trabalhado para Hitler apenas desde 1933, pode também ser encontrada numa menção no único documento indisputável da obra conhecida, por ter sido escrita ainda em vida de Hitler – uma afirmação feita pelo próprio Hitler.

Em 1953, Hugh R. Trevor-Roper (subsequentemente Lorde Dacre de Glanton) publicou uma edição inglesa das conversas de Hitler à mesa-redonda.[5] Nesta edição, sob a data 17 de Fevereiro de 1942, aparece uma menção a um livro adicional de Hitler – uma referência que, por razões desconhecidas, Gerhard Ritter omitiu na sua anterior edição alemã do texto.[6] Contudo, edições posteriores das conversas de mesa-redonda em alemão mantiveram esta menção. Pode ler-se: "Em 1925, escrevi em *Mein Kampf* (bem como numa obra não publicada) que o judaísmo mundial viu no Japão um oponente para além do seu alcance."[7] Aqui, Hitler

---

4 (Dusseldorf: Droste), pp. 155s. Relativamente a Zoller, ver prefácio do editor da edição francesa: Zoller, *Douze ans auprès d'Hitler* (Paris: René Julliard, 1949), pp. 7s. Ver também Christa Schroeder, *Er war mein Chef: Aus dem Nachlass der Sekretärin von Adolf Hitler,* ed. por Anton Joachimsthaler (Munique: Herbig, 1985), p. 192.

5 *Hitler's Table Talk 1941–1944*, traduzido por Norman Cameron e R. H. Stevens (Londres: Weidenfield e Nicolson, 1953), n.º 148.

6 Gerhard Ritter (ed.), Henry Picker, *Hitlers Tischgespräche im Führerhauptquartier 1941–1942* (Bona: Athenäum, 1951), n.º 101.

7 Percy Ernst Schramm (ed.), Dr. Henry Picker, *Hitlers Tischgespräche im*

está sem dúvida a fazer alusão às afirmações sobre este problema em *Mein Kampf,* volume 2 (pp. 723s.), que este ditou a Max Amman em 1925. Foram publicadas em 1926 numa reimpressão especial do capítulo trinta, sob o título "A Questão do Tirol do Sul e o Problema da Aliança Germânica",[8] e surgiu em Dezembro de 1926 (com uma data de *copyright* de 1927) no segundo volume.[9] No manuscrito publicado aqui, a discussão não contempla o Japão no sentido aqui mencionado; contudo, existe muita coisa acerca de "judaísmo mundial". A nota também é imprecisa. Mas as origens dos livros tinham sido de catorze e dezassete anos antes, respectivamente, e as referências conhecidas de Hitler ao testamento pessoal que tinha elaborado menos de quatro anos antes, são também imprecisas em certos temas-chave.[10]

Führerhauptquartier 1941–1942 (Estugarda: Seewald, 1965), p. 178; Werner Jochmann (ed.), *Adolf Hitler: Monologe im Führerhauptquartier 1941–1944. Die Aufzeichnungen Heinrich Heims* (Hamburgo: Knaus, 1980), p. 280. Nenhuma destas edições está completa, pois omitem os artigos que encontrei em Washington em 1951 (ver Gerhard L. Weinberg, *Guide to Captured German Documents* (Montgomery, AL 1952, p. 55). Toda a questão sobre as conversas de mesa-redonda incluindo as notas não publicadas de 1945, merece um novo estudo mais rigoroso.

8 De acordo com o registo dos *royalties* no departamento de manuscritos da Biblioteca do Congresso em Washington, foram impressas 10.000 cópias. Publicado em *Hitler: Reden, Schriften, Anordnungen. Februar 1925 bis Januar 1933*, Vol. I: *Die Wiedergründung der NSDAP, Februar 1925–Juni 1926*. Editado e anotado por Clemens Vollnhals (Munique: Kraus, 1992), doc. 100. (As primeiras notas incluem as citações completas para os volumes individuais desta colecção; subsequentemente, apenas os números de volume e documento foram utilizados).

9 Adolf Hitler, *Mein Kampf*, Vol. I: *Eine Abrechnung* (Munique: Eher, 1925). Vol. II: *Die nationalsozialistische Bewegung* (Munique: Eher, 1927). Ver sobre este tópico: "The Story of *Mein Kampf*" em *Wiener Library Bulletin* 6 (1952), pp. 31–32. Sobre a história de *Mein Kampf*, ver também Reginald H. Phelps, "Die Autoren des Eher-Verlages", *Deutsche Runschau* 81 (1955), pp. 30–34; Oron J. Hale, "Adolf Hitler: Taxpayer", *American Historical Review* LX (1955), pp. 830–852.

10 Hitler mencionou o testamento de 1938 em Novembro de 1941 e em Maio

Entretanto, o Instituto de História Contemporânea em Munique também soube da existência de outro livro. Estas notícias vieram de Erich Lauer em Maio de 1951. Lauer tinha publicado uma colecção de um livro de canções da Eher-Verlag e foi-lhe mostrado o manuscrito de um livro escrito por Hitler, quando lá esteve durante a Segunda Guerra Mundial. Josef Berg, o homem que lho mostrou, relatou o manuscrito em pormenor ao Instituto, em Setembro de 1958.[11] Berg tinha sido colega de Max Amann desde os inícios dos anos vinte na casa-mãe editorial do NSDAP, Franz Eher Nachfolger.[12] Em Janeiro de 1935, Berg assumiu o controlo do departamento editorial de livros na Eher, e como tal, do manuscrito. Este afirmou que Hitler ditou o manuscrito a Amann, e que, para além da cópia existente no cofre da Eher-Verlag, havia uma segunda cópia do texto, que foi supostamente guardada em Obersalzberg. Ambas as afirmações viriam a confirmar-se com a descoberta do manuscrito.[13]

---

e Julho de 1942; ver Gerhard L. Weinberg, "Hitler's Private Testament of May 2, 1938", *Journal of Modern History* 27 (1955), pp. 415–419. O testamento é o documento existente mais extenso escrito, que se sabe ter sido escrito à mão por Hitler durante o seu cargo de chanceler.

11 Carta ao Instituto de História Contemporânea, 12 de Setembro de 1958.

12 Adolf Dresler, *Geschichte des "Völkischen Beobachters" und des Zentralverlags der NSDAP, Franz Eher Nachfolger* (Munique: Eher, 1937), p. 89. Sobre o papel de Amann, ver Oron J. Hale, *The Captive Press in the Third Reich* (Princeton: Princeton University Press, 1973).

13 Hitler também ditou partes de *Mein Kampf* a Amann. Amann perdeu o braço esquerdo em 1931 num acidente de caça. A versão ortograficamente correcta nesta edição mostra claramente que o texto foi ditado a um dactilógrafo. Em várias situações existe um espaço antes de um ponto final ou de uma vírgula; o dactilógrafo já se tinha preparado para a palavra seguinte e apenas então reparou que um ponto final ou uma vírgula eram necessários. Sobre o ditado dactilografado, ver também Zoller, *Adolf Hitler privat*, p. 14; Karl Wilhelm Krause, *Zehn Jahre Kammerdiener bei Hitler* (Hamburgo: Hermann Laatzen, 1949), p. 42. A existência única de uma

Quando o Instituto de História Contemporânea me perguntou, no âmbito desta informação, sobre o paradeiro do manuscrito, eu já o tinha procurado nos arquivos alemães localizados na altura em Alexandria, Virgínia, onde estava a ser passado para microfilme em conjunto com a Associação Americana de História e pelas autoridades americanas, antes de ser devolvido à República Federal. No Verão de 1958, localizei um documento que tinha sido posto de parte como um rascunho de *Mein Kampf*, e consegui identificá-lo como o tão procurado manuscrito. Foi então libertado para pesquisa. Juntamente com o documento estava um memorando de confiscação, e que está incluído como apêndice nesta edição. De acordo com este memorando, o documento foi apreendido à Eher-Verlag por um oficial americano em Maio de 1945, e foi entregue por Josef Berg, que afirmava que era um trabalho escrito por Hitler quinze anos antes. Pouco depois da apreensão, foi elaborado um microfilme para uma autoridade britânica; o original fora trazido com outros ficheiros para os Estados Unidos. No Arquivo de Alexandria, este foi arquivado com a designação EAP 105/40. Mais tarde, foi transferido para o Arquivo Federal Alemão, onde foi arquivado como BA, N 1128 (Hitler), volume 21.

Em 1961, o manuscrito, para o qual escrevi a introdução e as notas, foi publicado pela primeira vez na co-

---

cópia adicional do presente manuscrito é comprovada pelo facto de apenas as páginas 1–239 serem originalmente dactilografadas, enquanto as páginas 240–324, em contraste, são cópias de carbono (a diferença é reconhecível examinando o verso dos originais). Desconhece-se o paradeiro da segunda cópia. Anton Joachimsthaler, o editor dos papéis de Christa Schroeder, sugere que esta segunda cópia seja o documento referido em Schroeder, pp. 213–14.

lecção "Quellen und Darstellungen zur Zeitgeschichte" (Fontes e Representações de História Contemporânea) editada pelo Instituto de História Contemporânea. Dois anos mais tarde, seguiu-se uma tradução francesa, sem introdução; algumas das minhas notas foram incluídas, mas sem qualquer referência ao seu autor.[14] Uma edição inglesa, rapidamente lançada no mercado, foi caracterizada por um crítico como "a vários níveis, uma imitação burlesca da edição de Weinberg".[15] A profecia do crítico, que "o surgimento da obra com uma má tradução e com um enquadramento editorial inadequado, exclui uma edição académica confiável em língua inglesa", ficou provada ao longo dos anos seguintes.

Quando a presente publicação alemã de 1961 foi anunciada na Alemanha, Albert Speer anotou no seu diário que Baldur von Schirach e Rudolf Hess viam tudo isto como uma fraude, mas que ele próprio se recordava que Hitler, por altura da construção do Berghof, tinha "aceitado um avanço de cem mil marcos" da Eher-Verlag "por um manuscrito que ele – por razões de

---

14 Adolf Hitler, *L'expansion du IIIe Reich*, traduzido por Francis Brière (Paris: Plon, 1963).

15 *Hitler's Secret Book*, com introdução de Telford Taylor, traduzido por Salvator Attanasio (Nova Iorque: Grove, 1962). Revisto por Oron J. Hale no *Journal of Central European Affairs* 22 (1962), pp. 240–242. "A tradução inglesa não autorizada do manuscrito de Hitler publicada pela Grove Press é, a vários níveis, uma imitação burlesca da edição de Weinberg. Se esta infringe quaisquer direitos de autor, tal pode ser legalmente discutível. Mas o surgimento da obra com uma má tradução e com um enquadramento editorial inadequado, exclui uma edição académica confiável em língua inglesa. A tradução é medíocre e mostra sinais de pressa, enquanto a introdução de Telford Taylor mostra ser uma improvisação, excepto na medida em que os comentários e notas do professor Weinberg são resumidos ou quase parafraseados." Existe também um relato da história física do documento por Sherrod E: East, *The American Archivist*, Out. 1962, pp. 469–72.

política externa – não desejava ainda ver publicado".[16]

Imediatamente após a primeira publicação, a comunidade académica avaliou o documento como genuíno. A maioria dos artigos sobre a obra aceitou a autenticidade como certa.[17] No que cabe ao editor, ainda nenhum académico disputou a autenticidade do documento ou a identificação de Hitler como seu autor.

Vários anos após a primeira publicação de *O Segundo Livro*, o académico alemão Albrecht Tyrell descobriu – no Centro de Arquivos Estatais da Baixa Saxónia (Niedersächsischen Hauptstaatsarchiv Hannover) – uma carta assinada por Rudolf Hess dirigida à chancelaria de Hitler em Munique, datada de 26 de Junho de 1928. Hess respondia a um pedido de uma reunião por Bernhard Rust com as palavras "*Herr* Hitler estará certamente em Berlim durante vários dias no início de Julho. Uma visita de Pg. [membro do Partido Nacional-Socialista] Rust não pode ser considerada com mais antecedência, uma vez que *Herr* Hitler irá provavelmente estar fora de Munique até à sua ida a Berlim, por forma a escrever o seu livro."[18] Não só este documento prova que na altura Hess sabia acerca de Hitler estar a traba-

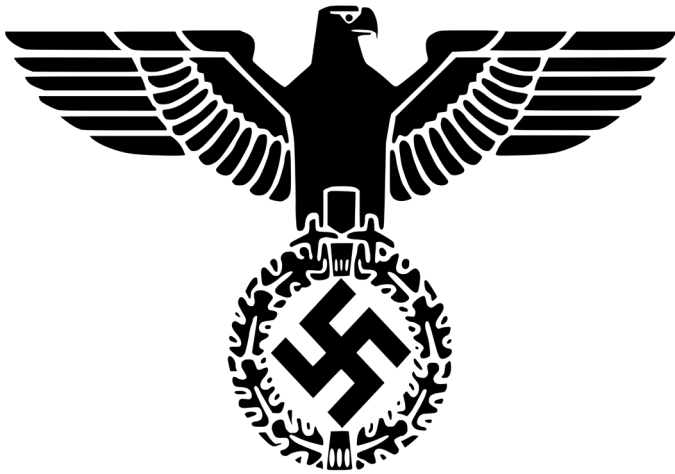
16 Albert Speer, *Spandaur Tagebücher* (Frankfurt a. M.: Ullstein, 1975), p. 533 (22 de Outubro de 1960). Speer também fez estas afirmações nas suas memórias, escritas após o surgimento de *O Segundo Livro*. Ver Speer, *Erinnerungen* (Berlim: Ullstein, 1969), p. 100.

17 Ver Martin Broszat, "Betrachtungen zu Hitlers Zweitem Buch", *Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte* 9 (1961), pp. 417–429; Enzo Collotti, "Il 'secondo libro' di Hitler", *Studi Storici* 3 (1962), pp. 161–167.

18 Hess para o *Gauleitung Hannover-Nord* do NSDAP, 26 de Junho de 1928, com nota de recebimento de 28 de Junho de 1928, Niedersächsischen Hauptstaatsarchiv Hannover, *Des.* 310 I A 19. Carta de Albrecht Tyrell para Gerhard L. Weinberg, datada de 6 de Abril de 1968. Relativamente à ausência de Hitler de Munique no final de Junho de 1928, ver carta de Rudolf Hess a Hans Frank, 20 de Junho de 1928; BA, *Slg.* Schumacher 236.

lhar noutro livro – o segundo volume de *Mein Kampf* já tinha surgido – como também confirma a data sugerida como origem do documento na introdução da primeira publicação.[19] A história do documento pode assim ser considerada segura.

19 Especulação na edição da Grove Press de que o documento originado em Maio de 1928 foi devido a um erro de tradução.

O Documento

[Capítulo I]

[Guerra e Paz na Luta pela Sobrevivência]

A política é História a ser feita. A própria História representa a progressão da luta das pessoas pela sobrevivência. Utilizo aqui o termo "luta pela sobrevivência" intencionalmente, porque, na verdade, toda a luta pelo pão diário, seja em tempo de guerra ou de paz, é uma batalha interminável contra milhares e milhares de obstáculos, tal como a própria vida é uma batalha interminável contra a morte. Os seres humanos não sabem mais que qualquer outra criatura no mundo sobre o porquê que vivem, mas a vida está preenchida com o sentimento de preservação. A criatura mais primitiva [conseguiam sem] conhece apenas o instinto de auto-preservação; para os seres mais elevados este sentimento é transportado para a esposa e o filho, como também para aqueles ainda mais elevados de toda a espécie. Mas quando o homem – com bastante frequência, ao que parece – renuncia ao seu próprio instinto de auto-preservação para o benefício da espécie, ele ainda está a prestar o mais alto serviço. Por ser frequente, é

esta renúncia do indivíduo que garante a vida ao todo colectivo, e deste modo novamente ao indivíduo. Daí a súbita coragem da mãe que defende os seus filhos e o heroísmo do homem que protege o seu povo. A magnitude do instinto de auto-preservação corresponde às duas motivações mais poderosas na vida: fome e amor. Enquanto a satisfação [preenchimento] da fome eterna garante a auto-preservação, a gratificação do amor assegura o seu apoio. Na verdade, estes dois impulsos são os reguladores da vida. E mesmo se os estetas descarnados protestarem mil vezes contra tal afirmação, o facto da sua existência já refuta o seu protesto. O que quer que seja feito de sangue e carne não pode nunca escapar às leis que condicionam o seu desenvolvimento. Assim que o intelecto humano acredita que está acima disso, a substância real que é o portador do espírito, é destruída.

Mas o que é verdade para os seres humanos individuais, também é verdade para os povos. Um povo, colectivamente, é apenas um largo número de seres individuais mais ou menos iguais. A sua força reside na qualidade dos indivíduos que o formam e no tipo e extensão da uniformidade destas qualidades. As mesmas leis que determinam a vida do indivíduo, e das quais é objecto, são portanto válidas para o povo. A auto-preservação e a continuidade são os maiores impulsos para qualquer tipo de comportamento, desde que um tal corpo possa requerer sanidade. Mas estas leis gerais da vida têm os mesmos efeitos nas relações entre povos como têm entre indivíduos.

Se o instinto de auto-preservação e os seus dois objectivos de auto-preservação e continuidade representam

a força mais básica para todas as criaturas nesta Terra, mas a possibilidade de satisfação é limitada, então o resultado lógico é a luta, em todas as suas formas, pela possibilidade de preservar esta vida – por outras palavras, satisfazer o instinto de auto-preservação.

Os tipos de criaturas na Terra são inumeráveis, e ao nível de um indivíduo, o seu instinto de auto-preservação bem como a sua ânsia de reprodução é sempre ilimitada; contudo, o espaço no qual todo este processo de vida se desenrola é limitado. É a área limitada de uma esfera medida com precisão na qual milhares de milhões de seres individuais batalham pela vida e pela sucessão. Na limitação deste espaço vivo jaz a compulsão pela luta pela sobrevivência, e a luta pela sobrevivência, em troca, contém a pré-condição para a evolução.

A História do mundo na época em que os humanos ainda não existiam era inicialmente uma representação das ocorrências geológicas. O embate de forças naturais umas contra as outras, a formação de uma superfície habitável neste planeta, a separação da água e da terra, a formação das montanhas, das planícies e dos mares. Isso [foi] é a História do mundo durante esse tempo. Mais tarde, com o surgimento da vida orgânica, o interesse humano focou-se no aparecimento e desaparecimento das suas formas mil vezes maiores. O próprio homem tornou-se finalmente visível já bastante tarde, e a partir desse ponto ele começa a compreender o termo "História do mundo" como referindo-se primariamente à História do seu próprio desenvolvimento – por outras palavras, a representação da sua própria evolução. Este desenvolvimento é caracterizado pela interminável batalha dos humanos contra os animais e

também dos humanos contra eles mesmos. Finalmente, do emaranhado pouco nítido dos seres individuais, surgem as formações – famílias, tribos, povos, Estados. A própria evocação da sua génese e a sua dissolução é a réplica de uma eterna luta pela sobrevivência.

Mas se a política é História a ser feita e a própria História é a representação da luta de homens e povos por auto-preservação e continuidade, então a política é, na verdade, a implementação da luta de um povo pela sobrevivência. [Assim] Mas a política não é apenas a luta de uma pessoa pela sua sobrevivência como tal; ao invés, para nós humanos, é a arte da implementação desta luta.

Porque a História representa as lutas anteriores dos vários povos pela sobrevivência, e ao mesmo tempo é a interpretação concreta de políticas particulares, é também o mestre mais adequado para as nossas próprias acções políticas.

Se o mais alto dever da política é a preservação e continuação da vida de um povo, então [consequentemente a vida de um povo está sempre em risco] esta vida é o risco eterno pelo qual luta e batalha e da qual o julgamento será feito. O seu dever é portanto a preservação de [aquilo] uma substância de sangue e carne. O seu sucesso é permitir esta preservação. O seu fracasso é a destruição, a perda desta substância. Mas a política é sempre o líder da luta pela sobrevivência – o seu organizador – e independentemente de como é formalmente designada, [tal] a sua eficiência irá determinar a vida e a morte de um povo.

Devemos ser claros acerca disto, porque os dois conceitos de uma política de paz ou de uma política de

guerra irá imediatamente ficar desprovida de sentido. Porque o risco pelo qual se luta através da política é sempre a vida, o resultado no caso de fracasso ou sucesso é sempre o mesmo, independentemente dos meios políticos utilizados para atingir a preservação da vida de um povo. Uma política de paz que fracassa leva à destruição de um povo – isto é, à obliteração da substância de sangue e carne – tal como uma política de guerra que falha. A extinção do povo é causada por um roubo dos pré-requisitos da vida [*sic*], tanto num caso como no outro. Aqueles povos não foram extintos no campo de batalha; em vez disso, as batalhas perdidas removeram os meios de sustento da vida, ou, melhor, levaram a que esses meios fossem retirados ou colocaram o povo numa posição em que já não se encontravam capazes de o prevenir.

As perdas resultantes directamente da guerra não podem ser comparadas de todo às perdas causadas pela vida má e nada saudável de um povo.[66] A fome silenciosa e o mau comportamento matam mais em dez anos do que em mil anos de guerra. A guerra mais horrível é aquela que aparenta hoje ser a mais pacífica para a hu-

66 Hitler também empregou as suas "matemáticas perdidas" durante a Segunda Guerra Mundial. Fritz Todt, ministro do Armamento e Munição do Reich, e o marechal-de-campo Wilhelm Keitel, chefe do Alto Comando das Forças Armadas, explicaram o ponto de vista de Hitler do ataque iminente na União Soviética ao major-general Georg Thomas, que comandava o Gabinete de Economia de Guerra no Alto Comando das Forças Armadas: "O curso da guerra mostra que fomos demasiado longe nos nossos esforços autárquicos… Devemos seguir um caminho diferente e conquistar o que necessitamos mas que não temos. Os efectivos necessários para isso não serão mais do que os efectivos correntes necessários para levar a cabo a produção sintética." Nota do general Thomas, 20 de Junho de 1941 (texto em: *Trial of the Major War Criminals before the International Military Tribunal*, Vol. XXVII [Nuremberga: The Tribunal, 1948], doc. 1456-PS, pp. 220–21).

manidade: a guerra económica pacífica. É precisamente esta guerra cujo resultado final leva a sacrifícios que ultrapassam de longe os sacrifícios da Grande Guerra. Porque afecta não apenas os vivos mas, acima de tudo, leva-nos os que ainda não nasceram. Enquanto a guerra mata, no máximo, uma fracção da população actual, a guerra económica assassina o futuro. Um ano apenas de reduzida fertilidade na Europa mata mais pessoas que todos aqueles que caíram em todas as guerras europeias, desde a Revolução Francesa até ao presente, incluindo a Grande Guerra. Mas isto é o resultado de uma política económica pacífica que sobrepovoou a Europa sem permitir a um número de nações a possibilidade de desenvolvimento saudável posterior.

No geral, o seguinte deve também ser dito sobre este assunto:

Assim que o povo se esquece de que o dever da política é preservar a sua existência por todos os meios e por todas as formas possíveis, e que a política é, pelo contrário, sujeita a um certo modo de acção, isso destrói o significado inerente desta arte de liderar um povo na sua luta contra o destino pela liberdade e pelo pão.

Uma política que é fundamentalmente belicosa irá ser capaz de manter o povo afastado de numerosos vícios e variedades de doenças; contudo, não irá ser capaz de prevenir uma mudança na qualidade interior do povo ao longo de vários séculos. A guerra, quando surge continuamente, traz um perigo inerente que é mais prevalente quanto mais desiguais forem as componentes raciais das quais a comunidade é composta. Isto era já verdade na Antiguidade em todos os Estados conhecidos, e é também verdade nos dias de hoje, especialmen-

Hitler na Primeira Guerra Mundial (primeiro a contar da direita).

te para todos os Estados europeus. A natureza da guerra, através de mil processos individuais, leva à selecção racial dentro de um povo; isto significa uma destruição desproporcionada dos melhores elementos. Em incontáveis instâncias individuais, o apelo à coragem e ao valor é respondido pelos melhores e mais valiosos elementos raciais que repetidamente se voluntariam para missões especiais ou são sistematicamente reunidos através da organização de formações especiais. A liderança militar tem sido sempre dominada pela ideia de formar legiões especiais e tropas de elite de soldados do regimento e batalhões de assalto. Guardas do palácio persas, tropas de elite alexandrinas, legiões pretorianas romanas, guardas avançadas[67] de unidades de mercenários, guardas do regimento de Napoleão e de Frederico, *o Grande*, batalhões de assalto, equipas de submarinos

67 Refere-se às guardas avançadas das formações de mercenários, que em caso de emergência tinham também de lutar sozinhas.

e aviadores na Grande Guerra – todos devem a sua formação à mesma ideia e à mesma necessidade: seleccionar os melhores homens de um sem-número de pessoas e reuni-los em formações especiais para certas missões especialmente difíceis. Porque as unidades de guarda tiveram a sua origem como tropas de combate, e não como tropas de parada. O grande reconhecimento de que tal organização recebe orientações para o desenvolvimento de um distinto *esprit de corps*, que, contudo, pode crescer subsequentemente e terminar como mera formalidade. Mas não é incomum que tais formações sofram as mais pesadas baixas. Por outras palavras, de um sem-número de homens, os mais capazes são seleccionados e enviados para a guerra em aglomerados. Assim, os mortos de um povo incluem uma porção desproporcionada dos melhores homens, enquanto, inversamente, os piores homens são preservados em grande número. O homem extremamente idealista [*sic*] que está preparado para sacrificar a sua própria vida pelo benefício da comunidade contrasta com aqueles egoístas patéticos que vêem a preservação da sua existência pessoal como o mais alto dever da sua vida. O herói morre, o criminoso [permanece vivo] sobrevive. Isto parece óbvio numa época heróica e em particular para uma juventude idealista. E isto é bom, porque constitui prova do mérito existente de um povo. Contudo, o estadista realista deve ver este facto com preocupação e levá-lo em consideração, porque o que pode ser ultrapassado numa guerra, irá sangrar gradualmente um povo dos seus melhores e mais valiosos elementos, no espaço de cem guerras. Podemos atingir vitórias desta forma, mas no final não haverá mais povo merecedor

destas vitórias. A compaixão do povo nas épocas seguintes, como muitos não compreendem, é frequentemente o resultado dos sucessos das épocas anteriores.

Como tal, uma liderança política inteligente não irá ver a guerra como o propósito da existência de um povo, mas apenas um meio para preservar essa existência. Estes líderes devem ser ensinados até à idade adulta de que a população a si confiada deve ser gerida com extrema consciência. Não devem recear arriscar o grande número de baixas quando necessário para a contínua existência de um povo, mas devem sempre considerar que a paz terá de substituir este sangue. As guerras que são travadas tendo em vista certos objectivos, que pela sua própria natureza não podem assegurar a substituição do sangue perdido, são uma ofensa contra o povo e um pecado contra o futuro do povo.

Guerras intermináveis podem tornar-se um perigo terrível para um povo com uma quantidade desigual de elementos na sua composição racial, em que apenas parte pode ser considerada como sustento do Estado e particularmente criativa culturalmente. A cultura dos povos europeus é baseada numa fundação criada pela influência de sangue nórdico ao longo de milhares de anos. Assim que os últimos restos deste sangue nórdico forem eliminados, o rosto da cultura europeia irá mudar; o mérito dos Estados irá diminuir em relação ao mérito em decadência dos povos.

Uma política que é fundamentalmente pacífica irá, em contraste, permitir inicialmente a preservação das melhores linhagens de sangue; contudo, no final irá criar um povo com tal fraqueza que irá um dia colapsar – assim que os pré-requisitos do povo para a existência

aparentarem estar ameaçados. De seguida, em vez de lutarem pelo seu pão diário, este povo irá preferir reduzir a quantidade do seu pão ou, muito provavelmente, reduzir os seus números, quer através da emigração pacífica ou da reduzida fertilidade, de forma a evitar a privação extrema. Contudo, nesse sentido, a fundamental política de paz torna-se um flagelo para o povo. Porque o que é causado, por um lado, pela guerra constante, é causado, por outro, pela emigração – que, através da catástrofe de cem mil vidas individuais, rouba gradualmente um povo das suas melhores linhagens de sangue. É triste perceber que a nossa sabedoria política colectiva, a um grau que não vê a emigração como uma vantagem, se arrepende dos números decrescentes do nosso povo, ou, na melhor das hipóteses, fala de um "fertilizante cultural" que é dado a outros Estados. O que não é reconhecido é a maior dificuldade [*sic*]. Porque a emigração não toma lugar de acordo com a região ou de acordo com um grupo de idades, mas, em vez disso, de acordo com os caprichos do destino, retira sempre da população os mais bravos e ousados, os mais resolutos, os mais desafiantes membros de uma comunidade. O jovem agricultor que emigrou para a América há 150 anos foi o mais determinado e ousado da sua aldeia, tal como o trabalhador que vai hoje para a Argentina. Os cobardes e os fracos preferem morrer em casa do que reunir a coragem para ganhar o seu pão em lugares desconhecidos. Independentemente de que necessidade, calamidade, ou pressão política ou coerção religiosa pese no povo, são sempre os mais saudáveis e os mais robustos que são capazes de oferecer a maior resistência. Os fracos vão sempre render-se em primeiro lugar [*sic*]. A

sua sobrevivência não é mais benéfica para o vencedor do que aqueles que permanecem para trás o são para a mãe-pátria. Por isso, não é incomum para a iniciativa dos Estados-mãe serem transferidos para as colónias, pois lá, através de meios completamente naturais, reúne-se uma colecção do mais alto valor humano. Mas o ganho para o novo território é, portanto, uma perda para a mãe-pátria. Quando, ao longo dos séculos, um povo perde os seus melhores, mais robustos, e as forças mais naturais através da emigração, vai achar difícil em alturas críticas reunir a força interior para se opor ao destino com a resistência necessária. Vai então preferir recorrer a uma reduzida taxa de natalidade. Aqui também não é a perda de números o factor decisivo, mas o terrível facto que através de uma redução na taxa de natalidade, aqueles que são potencialmente os membros mais valiosos de uma comunidade são aniquilados à partida. Porque a grandeza e o futuro de um povo é determinado pelas suas habilidades colectivas para a alta realização em todas as áreas. Mas estas são qualidades pessoais que não aparentam estar ligadas ao direito de nascença do primogénito. Se fôssemos excluir da nossa vida cultural alemã, da nossa ciência – sim, de toda a nossa existência – tudo o que foi concretizado por homens que não foram primogénitos, a Alemanha dificilmente estaria ao nível de um Estado dos Balcãs. O povo alemão não mais iria pretender ser valorizado como um povo cultural. E depois deve [*ser*] considerado que no caso desses homens primogénitos que ainda concretizam grandes coisas para o seu povo, deve-se sempre verificar se houve alguns não-primogénitos entre os seus antepassados. Porque se houver [um homem

que] apenas uma falha na linha dos primogénitos na sua árvore genealógica, então esse homem também pertence aos que não teriam existido se os nossos antepassados se tivessem agarrado a este princípio. Contudo, na vida de um povo, não há vícios do passado que sejam [seriam] virtudes do presente.

Uma política fundamentalmente pacífica que leva subsequentemente um povo a sangrar até à morte através da emigração e da fertilidade reduzida é ainda mais desastrosa a um grau em que [*um*] povo é constituído de elementos raciais desiguais. Porque aqui, bem como na emigração, vai retirar primariamente os membros racialmente superiores da comunidade, enquanto através da reduzida taxa de natalidade na pátria, aqueles que têm trabalhado o seu caminho até níveis sociais mais elevados como resultado do seu mérito racial, irão também ser afectados em primeiro lugar. Então, gradualmente, eles irão estar repletos da larga massa de fracos, de indivíduos de menor valor, e após séculos, isto irá levar a um decréscimo do mérito total absoluto do povo. Nessa altura, tal povo terá perdido há muito qualquer verdadeira força vital.

Mais, uma política que é fundamentalmente pacífica irá ser tão danosa e desastrosa como uma política que apenas conhece a guerra como única arma.

As políticas devem lutar pela vida e para a vida do povo, e para o fazer devem sempre escolher as suas armas de tal forma que sirvam esta vida no sentido mais elevado. Porque não se fazem políticas de forma a sermos capazes de morrer; em vez disso, pode-se[68] por ve-

68 Originalmente, “deve-se” em vez de “pode-se”; esta foi a única alteração escrita à mão no original.

Hitler na "Braunen Haus", 1930.

zes permitir a homens que morram para que o povo possa viver. O objectivo é a preservação da vida e não uma morte heróica ou, [também] muito menos, uma resignação cobarde.